

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)						Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado) – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado			Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado				
		2023	2022	2023	2022												
Ativo circulante						Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.233.895	1.161	(1.069.868)	(5.271.788)	(5.106.600)	(114.839)	(5.221.439)				
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.093	7.164	7.118	8.467	Prejuízo do exercício	–	–	–	312.806	312.806	2.357	315.163				
Contas a receber	5	87.933	56.907	826.024	784.489	Outros resultados abrangentes	–	–	(118.233)	–	(118.233)	781	(117.452)				
Partes relacionadas	7.1	–	–	80.000	22.500	Total do resultado abrangente do exercício	–	–	(118.233)	312.806	194.573	3.138	197.711				
Estoques	6	–	–	12.271	20.000	Outras mutações patrimoniais:											
Adiantamento a terceiros		28.423	7.619	38.653	19.454	Realização de reserva de reavaliação, líquidos de impostos	–	–	(2)	2	–	–	–				
Despesas antecipadas		1.696	1.493	3.146	3.478	Participações de não controladores no patrimônio líquido de controladas	–	–	–	–	–	114.773	114.773				
Impostos a recuperar	8	819	2.675	7.597	8.574	Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.233.895	1.161	(1.188.103)	(4.958.980)	(4.912.027)	3.072	(4.908.955)				
Conta corrente de consórcios		–	–	13.753	19.467	Lucro do exercício	–	–	–	795.049	795.049	24.478	819.527				
Outros ativos		6.419	6.617	12.069	12.302	Outros resultados abrangentes	–	–	136.002	–	136.002	6.037	142.039				
Total do ativo circulante		131.383	82.475	1.000.631	898.731	Total do resultado abrangente do exercício	–	–	136.002	795.049	931.051	30.515	961.566				
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	–	–	–	–	Outras mutações patrimoniais:											
Ativo não circulante		131.383	82.475	1.000.631	898.731	Realização de reserva de reavaliação, líquidos de impostos	–	–	–	2	2	–	2				
Contas a receber	5	40.920	68.089	42.130	55.172	Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.233.895	1.161	(1.052.101)	(4.163.929)	(3.980.974)	33.587	(3.947.387)				
Partes relacionadas	7.1	1.168.666	1.120.523	5.279.787	5.365.847	Lucro do exercício	–	–	–	643.559	643.559	1.434	644.993				
Impostos a recuperar	8	–	–	14	14	Outros resultados abrangentes	–	–	53.374	–	53.374	–	53.374				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	125.464	309.632	135.757	319.924	Total do resultado abrangente do exercício	–	–	53.374	643.559	696.933	1.434	698.367				
Depósitos judiciais e outros		21.250	23.777	34.584	37.391	Outras mutações patrimoniais:											
Despesas antecipadas		2.717	3.502	4.027	5.637	Realização de reserva de reavaliação, líquidos de impostos	–	–	(2)	–	(2)	–	(2)				
Títulos a receber		39.460	39.460	1.056.279	1.056.279	Transações com Consórcios	–	–	–	–	–	(634)	(634)				
Outros ativos		299	431	1.968	2.195	Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.233.895	1.161	(998.729)	(3.520.370)	(3.284.043)	34.387	(3.249.656)				
Investimentos	9	482.653	479.001	5.868	5.818	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.											
Imobilizado	10	5.249	8.932	23.678	27.554	Demonstrações dos Resultados – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022								
Intangível		1	2	823	824	(Valores expressos em milhares de reais – R\$)				(Valores expressos em milhares de reais – R\$)							
Total do ativo não circulante		1.886.679	2.053.349	6.584.915	6.876.655	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			
Total do ativo		2.018.062	2.135.824	7.585.546	7.775.386		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		
Passivo	Nota	2023	2022	2023	2022	Receita líquida	18	208.959	198.866	289.868	286.036						
Passivo circulante						Custos dos serviços prestados	19	(122.646)	(167.619)	(196.642)	(254.251)						
Fornecedores	12	74.977	39.528	631.903	637.010	Lucro (prejuízo) bruto		86.313	31.247	93.226	31.785						
Empréstimos e financiamentos	11.2	4.152	–	110.997	93.877	Despesas gerais e administrativas	19	(28.801)	(18.812)	(39.269)	(35.662)						
Tributos e contribuições a recolher		–	–	–	–	Depreciações e amortizações		(102)	(198)	(160)	(665)						
Impostos de renda e contribuição social diferidos		25.060	28.282	93.508	97.815	Participações de empregados		–	(1)	–	(1)						
Parcelamento de tributos federais		59.242	321.727	384.038	653.728	Outras receitas (despesas), líquidas	19 – 20	524.188	(349.912)	531.591	230.529						
Conta corrente de consórcios		89	–	195.019	194.930	Receitas (despesas) operacionais		495.285	(368.922)	492.162	194.202						
Retenções contratuais		–	–	–	–	Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		581.598	(337.675)	585.388	225.987						
Acordo global órgãos públicos		–	56.202	–	56.202	Resultado de equivalência patrimonial	9	3.652	10.765	–	(335)						
Outros passivos		25.221	64.568	72.444	109.535	Provisão para perda de investimentos	9	(27)	709.546	–	822						
Total do passivo circulante		271.190	525.146	1.749.706	2.038.252	Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		585.223	382.636	585.388	226.474						
Passivo não circulante						Receitas financeiras		229.998	688.695	252.538	949.740						
Fornecedores	12	430.165	430.165	576.635	576.704	Despesas financeiras		(171.663)	(586.148)	(192.935)	(681.413)						
Empréstimos e financiamentos	11.2	–	–	23.418	7.390	Resultado financeiro	21	58.335	102.547	59.603	268.327						
Tributos e contribuições a recolher		6.600	24.152	10.631	45.247	Lucro (prejuízo) antes dos impostos		643.558	485.183	644.991	494.801						
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	23.972	–	30.865	6.893	Imposto de renda e contribuição social	15	–	309.865	–	310.455						
Parcelamento de tributos federais		70.563	24.157	77.267	30.332	Correntes		1	1	1	14.271						
Partes relacionadas	7.1	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259	Diferidos		–	–	–	–						
Adiantamentos de terceiros	13	118	4.065	118	14.836	Lucro (prejuízo) do exercício		643.559	795.049	644.992	819.527						
Provisões para contingências	17	339.358	387.683	414.064	462.389	Lucro líquido do período		643.559	795.049	644.992	819.527						
Provisão para perdas em investimentos	9	3.455.848	3.455.338	51	(3)	Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos:											
Títulos a pagar		22.766	53.883	271.981	295.339	Controladores				643.559	795.049						
Receita diferida	14	68.893	103.891	193.475	234.727	Não controladores				1.433	24.478						
Acordo global órgãos públicos		–	483.665	–	483.666	Total				644.992	819.527						
Outros passivos		225.665	250.571	24.718	49.742	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.											
Total do passivo não circulante		5.030.915	5.591.652	9.085.497	9.684.521	Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022								
Patrimônio líquido						(Valores expressos em milhares de reais – R\$)				(Valores expressos em milhares de reais – R\$)							
Capital social	16	1.233.895	1.233.895	1.233.895	1.233.895	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			
Reserva de capital		1.161	1.161	1.161	1.161		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		
Outros resultados abrangentes		(998.729)	(1.052.101)	(998.729)	(1.052.101)	Lucro (prejuízo) do exercício		643.559	795.049	644.992	819.527						
Prejuízos acumulados		(3.520.370)	(4.163.929)	(3.520.370)	(4.163.929)	Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:											
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos controladores		(3.284.043)	(3.980.974)	(3.284.043)	(3.980.974)	Ganho (Perda) na conversão das operações com controladas e investimentos no exterior		53.854	–	53.854	6.037						
Participação dos não controladores		–	–	34.386	33.587	Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas		(480)	136.002	(480)	136.002						
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(3.284.043)	(3.980.974)	(3.249.657)	(3.947.387)	Total do resultado abrangente do exercício		696.933	931.051	698.366	961.566						
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		2.018.062	2.135.824	7.585.546	7.775.386	Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						Controladores			696.933	931.051							
						Não controladores			1.433	30.515							
									698.366	961.566							
Notas Explicativas da Diretoria às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)																	
1. Informações sobre o Grupo COESA – A Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial (atual denominação da Construtora OAS S.A.) (“COESA” ou “Companhia”) é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi na cidade de São Paulo-SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo COESA” e individualmente como “entidades do Grupo ou controladas”), conforme descritas na nota 1.3. A Companhia tem como acionista, a controladora COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) (“COESA P&E”) (nota 1.2 e 16) (“Controladora”) Holding do Grupo COESA S.A. A Companhia e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, inclusive o gerenciamento e execução de projetos e obras, e a participação em Companhias de qualquer ramo empresarial. 1.1. Recuperação judicial do Grupo COESA: Em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia e (ii) restrição a linhas de crédito; auizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“Lei de Recuperação Judicial”). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender, de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (“1ª Vara de Recuperação”) deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Em 24 de outubro de 2022, o MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, homologou, com ressalvas, o Plano de Recuperação Judicial unitário apresentado pelas devedoras e aprovado pelos credores em assembleia, bem como concedeu a recuperação judicial à COESA PARTICIPAÇÕES E ENGENHARIA S.A., CONSTRUTORA COESA S.A., COESA CONSTRUÇÃO E MONTAGENS S.A., COESA ENGENHARIA LTDA., COESA LOGÍSTICA E COMÉRCIO EXTERIOR S.A., OAS INVESTMENTS LIMITED e OAS FINANCE LIMITED. Em 27 de junho de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu decisão convalidando a recuperação judicial do Grupo Coesa em falência (processo 1111746-12.2021.8.26.0100). A decisão foi suspensa pelo Ministro Humberto Martins, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ – Agravo Interno na Tutela Antecipada Antecedente 38/SP), em 09 de agosto de 2023. Com isso, a recuperação judicial do Grupo Coesa teve seu curso retomado e encontra-se em pleno vigor. 1.2. Situação financeira atual: Capital Circulante Negativo e Passivo a descoberto: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Capital Circulante negativo na Controladora e no consolidado de R\$ 139.807 e R\$ 749.075, e passivo a descoberto de R\$ 3.284.043 e R\$ 3.249.657, respectivamente. A Administração avalia que a sua atual condição financeira desfavorável tem caráter provisório e deve-se, principalmente: à forte retração do setor e da economia em geral; ao ambiente negocial restritivo que fez a companhia revisar para baixo suas expectativas de recebimento de créditos; e sobretudo, à retração do crédito. 1.3. Entidades do grupo: a) Empresas controladas: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:						Empresas											
						Participação no Capital Social											
						2023		2022									
						Direta	Indireta	Direta	Indireta								
Construtora OAS GE S.A. (“Construtora OAS – GE”)						–	60,00%	–	60,00%								
Construtora OAS Ghana Ltd (“Construtora OAS – Ghana”)						–	70,00%	–	70,00%								
Construtora OAS Guineé S.A. (“Construtora OAS – Guiné”)						–	100,00%	–	100,00%								
Construtora OAS LLC – Qatar (“Construtora OAS LLC”)						49,00%</											

... continuação

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade: A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos administradores em 25 de julho de 2024. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem: • As demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). • As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, e com a normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). • As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ – reais), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior, são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) – "Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Na eventual venda de uma controlada no exterior o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido dessa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos e passivos monetários das companhias situadas no Brasil, denominados em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de "receitas financeiras" e "despesas financeiras" e seus itens não monetários, mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações. **2.3. Políticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar, individualmente, cada ativo para classificação de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. **Desreconhecimento (baixa)** Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.2. c) **Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. d) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. e) **Investimentos e base de consolidação:** e.1) Investimentos em empresas controladas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. e.2) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes: Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladoras, são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações, pagas ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada, são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRS aplicáveis). e.3) Investimentos em coligadas e *joint ventures*. Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presumidos ou assumiu obrigações em nome da coligada ou *joint venture*. e.4) **Consórcios:** A Controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. f) **Tributação:** f.1) **Impostos de renda correntes:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada, individualmente, por cada entidade do Grupo com base nas aliquotas vigentes no fim do exercício. f.2) **Impostos de renda diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido"), é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos, não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas aliquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas aliquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. g) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. h) **Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. i) **Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. j) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. k) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. l) **Reconhecimento da receita:** l.1) **Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. m) **Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referente à provisão de participação nos resultados do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão, o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. n) **Ganhos e perdas atuais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores:** A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. o) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente:** A Companhia identificou alterações às IFRS e CPCs que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2023: • **Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação** (alterações ao CPC32/IAS12). • **Definição de estimativas contábeis** (alterações ao CPC23/IAS8). A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Definição de um negócio (alteração a IFRS3): As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida

revisão. **2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor:** **Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato** (Alterações à IAS 37): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • **Alteração na norma IAS 16 Imobilizado** – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 3** – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 17** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IAS 1** – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IFRS 4** – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • **Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "fase 2") – As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. • **Arranjos financeiros de fornecedores** (alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS7) – A partir de 1º de janeiro de 2024. • **Ausência de permutabilidade de moeda** (alterações ao CPC02/IAS21) – A partir de 1º de janeiro de 2025. • **Classificação de passivos como circulante ou não circulante** (alterações ao CPC26(R11)/IAS1) – A partir de 1º de janeiro de 2024. A aplicação desta interpretação não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas – 3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e os CPCs, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a) **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas, poderia levar a resultados que sejam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. b) **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos: O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos, e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. b.2) **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. b.3) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	1.251	6.814	2.195	8.036
Certificados de depósito bancário – CDB	4.842	350	742	350
Aplicações financeiras	–	–	–	72
Demais aplicações financeiras	–	–	9	9
Total	6.093	7.164	7.118	8.467

As aplicações financeiras são basicamente, operações vinculadas e CDBs remunerados por taxas que variam entre 75,00% a 108,00% do CDI. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa, têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prestação de serviços de construção				
Governos (a)	284.120	232.249	1.276.830	1.198.748
Privados	12.702	16.899	216.525	221.504
Partes relacionadas (Nota 7.2)	57.042	100.860	52.500	97.110
Ajuste a valor presente	–	–	–	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (b)	(225.011)	(225.012)	(677.701)	(677.701)
Total	128.853	124.996	868.154	839.661
Circulante	87.933	56.907	826.024	784.489
Não circulante	40.920	68.089	42.130	55.172
Total	128.853	124.996	868.154	839.661

(a) Em 31 de dezembro de 2023, tem-se um saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, provenientes de direitos a receber no Brasil e Exterior, dos governos Federal, Estadual e Municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e também cujas faturas emitidas estão em aberto, para as quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando as características e natureza destes créditos, a Administração da Companhia não espera incorrer em perdas adicionais. (b) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aging list do contas a receber				
A vencer	86.814	56.117	163.496	122.522
Titulos vencidos até 30 dias	–	–	–	1.680
Titulos vencidos de 31 a 60 dias	1.118	–	6.245	669
Titulos vencidos de 61 a 90 dias	–	–	1.078	1.078
Titulos vencidos de 91 a 180 dias	–	–	1.689	1.689
Titulos vencidos de 181 a 360 dias	–	790	516.777	517.636
Titulos vencidos há mais de 360 dias	265.932	293.101	856.570	872.088
Subtotal	353.864	350.008	1.545.855	1.517.362
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(225.011)	(225.012)	(677.701)	(677.701)
Total	128.853	124.996	868.154	839.661

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	(225.012)	(225.012)	(677.701)	(823.335)
Adições	1	–	–	(14.958)
Reversão de provisão para perda	–	–	–	112.524
Variação cambial	–	–	–	48.068
Saldo final	(225.011)	(225.012)	(677.701)	(677.701)

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

5.1. Contratos de construção

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	87.032	46.294	196.430	129.522
Quantia bruta devida pelo contratante	87.032	46.294	196.430	129.522
(-) receita diferida	(79.235)	(104.999)	(203.817)	(235.835)
(-) retenções contratuais	(11.130)	(10.682)	(26.397)	(26.084)
(-) adiantamentos recebidos	(932)	(7.114)	(163.357)	(180.191)
Quantia bruta devida ao contratante	(91.297)	(122.795)	(393.571)	(442.110)
Saldo líquido contratos de construção em curso	(4.265)	(76.501)	(197.141)	(312.588)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Materiais para aplicação	2.463	11.405	9.508	27.830
Importações em trânsito	(10)	1.456	2.084	4.007
Materiais para revenda	–	–	30.838	–
Outros	1.766	4.530	6.367	7.023
Subtotal	4.219	48.229	17.959	69.698
Impairment	(4.219)	(48.229)	(5.688)	(49.698)
Total	–	–	12.271	20.000

7. Partes relacionadas – A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do grupo. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. 7.1. Mútuos ativos e passivos: A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de conta corrente intercompany e compra e venda de ativos entre as entidades do grupo. Em 2021, a Companhia e determinadas empresas do Grupo COESA reorganizaram os saldos de conta corrente intercompany, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente intercompany que já ocorriam no balanço consolidado da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Construtora OAS – GE	6.107	6.107	–	–
Construtora OAS – República da Guiné	2.316	2.316	–	–
Construtora OAS – Ghana	18.364	19.402	–	–
Construtora OAS – T & T (a)	793.104	739.250	–	–
Construtora OAS – Uruguai (a)	285.269	285.269	–	–
OAS Cayman	–	–	52.793	52.793
OAS African	–	–	3.821	3.667
COESA P&E	–	–	4.146.875	4.170.931
OAS Investments BVI	5	–	1.100.345	1.100.345
Rodoanel	10.257	10.257	–	–
Outros	53.244	57.922	55.953	60.611
Subtotal	1.168.666	1.120.523	5.359.787	5.388.347
Total	1.168.666	1.120.523	5.359.787	5.388.347
Ativo circulante	–	–	80.000	22.500
Ativo não circulante	–	–	–	–
Total	–	–	80.000	22.500

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Coesa Engenharia Ltda	7.374	7.377	–	–
Construtora Coesa – Suucursal Equador	13.400	13.400	–	–
OAS Energy GmbH	146.915	146.915	–	–
OAS Investments Limited (a)	–	–	7.327.141	7.327.459
Coesa Logística	27.378	27.538	–	–
OAS Soluções Ambientais	–	–	2.294	2.294
Rodoanel Sul 5	–	–	13.753	13.536
Metha S.A.	–	–	47	47
OAS African	44.769	44.769	–	–
Coesa C&M	8.126	3.405	19	19

9. Investimentos – Informações sobre empresas investidas

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Construtora OAS – Angola	177.422	183.387	165.324	173.791	12.098	9.596	2.502	(3.321)
Construtora OAS – Argentina	331	331	365	365	(34)	(34)	–	–
Construtora OAS – Bolívia	1.232	1.232	4.194	4.194	(2.962)	(2.962)	–	–
Construtora OAS – Chile	1.218.004	1.218.004	2.892.190	2.892.190	(1.674.186)	(1.674.186)	–	–
Construtora OAS – Colômbia	573	573	230.605	230.605	(230.032)	(230.032)	–	(1.619)
Construtora OAS – Costa Rica	1.521	1.521	1.955	1.955	(434)	(434)	–	220
Construtora OAS – Equador	164.208	164.208	318.319	318.319	(154.111)	(154.111)	–	–
Construtora OAS – Guatemala	14.926	14.926	100.863	100.863	(85.937)	(85.937)	–	(135)
Construtora OAS – Haiti	615	615	7.004	7.004	(6.389)	(6.389)	–	–
Construtora OAS – Honduras	97.251	97.251	229.364	229.364	(132.113)	(132.113)	–	–
Construtora OAS – Panamá	3.027	3.027	16.240	16.240	(13.213)	(13.213)	–	–
Construtora OAS – Peru	309	309	11.697	11.697	(11.388)	(11.388)	–	–
Construtora OAS – RD	670.154	670.154	926.814	926.814	(256.660)	(256.660)	–	23.344
Construtora OAS – T & T	–	–	2.842	2.842	(2.842)	(2.842)	–	10
Construtora OAS – Uruguai	4.362.564	4.362.564	4.774.202	4.774.202	(411.638)	(411.638)	–	597.735
Construtora OAS – Venezuela	241.886	241.886	670.016	670.016	(428.130)	(428.130)	–	–
Construtora OAS LLC	–	–	1.827	1.827	(1.827)	(1.827)	–	–
Edificações Itaigara	12.079	12.079	17.306	17.306	(5.227)	(5.227)	–	–
Gandines	802	844	17.764	17.764	(16.962)	(16.962)	(42)	(93)
OAS African	322.206	322.206	125.311	125.311	196.895	196.895	–	101.893
OAS Energy GMBH	349.167	349.167	728.390	728.390	(379.223)	(379.223)	–	(37)
OAS International Engineering GMBH	124.131	124.131	16.399	16.399	107.732	107.732	–	–
COESA Logística e Comércio Exterior S.A.	2.135	2.135	3.878	3.878	(1.743)	(1.743)	–	–
Rodoanel Sul 5 Ltda	28.643	28.829	28.214	27.877	429	952	(522)	(304)
South Africa	1.464	1.645	148.740	147.797	(147.276)	(146.152)	(15)	–
Controladas em conjunto	90	90	1.757	1.757	(1.667)	(1.667)	–	–
ECovap	11.077	11.077	4.665	4.665	6.412	6.412	–	–
EPASA	29.116	29.116	(275.872)	(272.737)	304.988	301.853	3.135	27.432
EPP Energia	5.693	5.693	946	(425)	4.747	6.118	(1.371)	(5.182)
OAS Defesa	–	–	11.381	–	–	8.106	–	–
Porto Novo	1.025.613	1.025.613	1.176.143	1.176.143	(150.530)	(150.530)	–	–

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (controladora)

	Saldos em 31/12/22			Movimentação do exercício			Saldos em 31/12/23		
	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial	Provisão/Reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Ajuste Patrimonial	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial
Participações no Brasil	1.412	–	–	–	–	–	1.412	–	–
ECOVAP	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rodoanel Sul 5 Ltda	–	(12.107)	–	–	(480)	(2)	–	(12.589)	–
Inambari S.A.	–	(52)	–	–	–	–	–	(52)	–
Edificações Itaigara	–	(1.658)	–	–	(21)	–	–	(1.679)	–
COESA Logística e Comércio Exterior S.A.	2.937	–	(522)	–	–	1	2.416	–	–
SPE Ponte Estaiada	1.116	–	–	–	–	–	1.116	–	–
COESA Engenharia Ltda.	97.364	–	2.502	–	–	–	99.866	–	–
COESA Construção e Montagens	146.540	–	1.672	–	–	14.560	162.772	–	–
Subtotal	249.369	(13.817)	3.652	(21)	(480)	14.559	267.582	(14.320)	–
Participações no Exterior	3.290	–	–	–	–	(1)	3.289	–	–
I EPASA S.A.	–	(1.393.243)	–	–	–	–	–	(1.393.243)	–
Sucursal Bolívia	–	(413.229)	–	–	–	–	–	(413.229)	–
Sucursal Uruguai	–	(83.785)	–	–	–	–	–	(83.785)	–
Sucursal Chile	–	(150.141)	–	–	–	–	–	(150.141)	–
Sucursal Peru	–	(86.618)	–	–	–	(4)	–	(86.622)	–
Sucursal Argentina	–	(517)	–	–	–	–	–	(517)	–
Sucursal Haiti	95.060	–	–	–	–	4	95.064	–	–
Sucursal Colômbia	1.129	–	–	–	–	–	1.129	–	–
Sucursal República Dominicana	–	(429)	–	–	–	–	–	(429)	–
Sucursal Costa Rica	–	(148.614)	–	–	–	1	–	(148.613)	–
Sucursal Venezuela	–	(1.827)	–	–	–	–	–	(1.827)	–
Sucursal Trinidad & Tobago	–	(369.002)	–	–	–	2	–	(369.000)	–
Sucursal Panamá	–	(5.961)	–	–	–	–	–	(5.961)	–
Sucursal Guatemala	–	(6.337)	–	–	–	–	–	(6.337)	–
Sucursal Honduras	–	(13.208)	–	–	–	–	–	(13.208)	–
Sucursal Angola	332	–	–	–	–	–	332	–	–
Construtora OAS LLC (Qatar)	4.463	–	–	–	–	(1)	4.462	–	–
OAS Energy GMBH	110.713	–	–	–	–	(2)	110.711	–	–
OAS International Engineering gmbh	–	(1.504)	–	–	–	–	–	(1.504)	–
Construtora Oas South Africa Ltd.	89	–	–	–	–	(5)	84	–	–
OAS AFRICAN	–	(280.087)	–	–	–	–	–	(280.087)	–
Consorcio Pucante Chachao S.A.	14.556	–	–	–	–	–	–	–	–
Gandines	–	(487.019)	–	–	–	–	–	(487.025)	–
Subtotal	229.632	(3.441.521)	3.652	(6)	(480)	(14.562)	215.071	(3.441.528)	–
Total	479.001	(3.455.338)	7.304	(27)	–	(3)	482.653	(3.455.848)	–

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (consolidado)

	Saldos em 31/12/22			Movimentação do exercício			Saldos em 31/12/23		
	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial	Provisão/Reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Ajuste Patrimonial	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial
Participações no Brasil	1.412	–	–	–	–	–	1.412	–	–
OGI Assets Ltd	–	–	–	–	–	51	51	–	–
SPE Ponte Estaiada	1.116	–	–	–	–	–	1.116	–	–
Subtotal	2.528	–	–	–	–	51	2.579	–	–
Participações no Exterior	3.290	–	–	–	–	(1)	3.289	–	–
EPASA S.A.	–	–	–	–	–	(51)	–	–	(51)
Inambari S.A.	–	(3)	–	–	–	3	–	–	–
OAS Engenharia e Construção	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	3.290	(3)	–	–	–	(49)	3.289	(51)	–
Total	5.818	(3)	–	–	–	2	5.868	(51)	–

10. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Terrenos	72.301	72.301	72.302	72.297
Máquinas e equipamentos	53.715	53.716	9.263	9.263
Equipamentos de informática	1	–	–	–
Móveis e utensílios	12.988	4.661	37.455	52.344
Veículos	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259
Outros	–	–	–	–
Total	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259
Passivo circulante	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259
Passivo não circulante	386.967	374.082		

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial																			
14. Receita diferida		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado							
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022								
Clientes		–	40.621	941	47.816	Baixa de contas a receber		–	–	(56)	–	Ajuste a valor justo – Acordo global							
Consórcios		79.235	64.378	202.876	188.019	Perda estimada em créditos de liquida- ção duvidosa		–	–	–	97.566	órgãos públicos (144.886) (9.924) (144.886) (9.924)							
Total		79.235	104.999	203.817	235.835	Provisão para contingências		–	(6.000)	–	(6.000)	Outros (25.406) (131.661) (25.415) (132.192)							
Circulante		10.342	1.108	10.342	1.108	Perda para redução ao valor recuperável "impairment"		44.009	9.593	45.351	502.484	Subtotal (171.663) (586.148) (192.935) (681.413)							
Não circulante		68.893	103.891	193.475	234.727	Outros		491.110	(350.621)	491.143	(359.435)	Total 58.335 102.547 59.603 268.327							
Total		79.235	104.999	203.817	235.835	Total		372.639	(536.541)	295.520	(60.049)	22. Gestão de Risco – As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso a mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia, por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro, flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativo.							
A receita diferida refere-se a faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados. 15. Imposto de renda e contribuição social – Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetaram o resultado do exercício, são demonstrados como segue:		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado							
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023		2022							
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social		643.558	485.183	644.991	494.801	Custos dos serviços prestados		(122.646)	(167.619)	(196.642)		(254.251)							
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social		34%	34%	34%	34%	Despesas gerais e administrativas		(26.903)	(19.010)	(39.429)		(36.327)							
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		(218.810)	(164.962)	(219.297)	(168.232)	Outras receitas (despesas), líquidas		524.188	(349.912)	531.591		(230.529)							
Ajuste no prejuízo que afetam o resultado do exercício:						Total		372.639	(536.541)	295.520		(60.049)							
Adições permanentes						20. Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas													
Despesas não dedutíveis		–	–	(1)	(1)	Baixa de contas a receber		–	–	(56)		–							
Equivalência patrimonial		(178)	(1.392)	(1.420)	(5.168)	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		–	–	–		97.566							
Reversão do efeito do prejuízo presumido das investidas		–	–	–	–	Provisão para contingências		–	(6.000)	–		(6.000)							
Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior		–	–	9	(254.426)	Resultado na venda de imobilizado e residual "baixado"		(2.020)	1.139	(2.008)		(79)							
Exclusões permanentes						Perda para redução ao valor recuperável "impairment"		44.009	9.593	45.351		502.484							
Equivalência patrimonial		1.419	5.053	1.419	5.118	Outros		482.199	(354.644)	488.304		(363.442)							
Reversão do efeito do lucro presumido das investidas		–	–	(178)	(103)	Total		524.188	(349.912)	531.591		230.529							
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior		–	–	–	258.479	Receitas financeiras													
Tributação das investidas no exterior		–	–	–	(247)	Juros recebidos ou auferidos:													
Perda de créditos fiscais – cisão parcial em 01 de dezembro de 2014		–	–	–	–	Sobre títulos a receber		–	–	5		76.820							
(-) Imposto de renda e Contribuição social não reconhecidos		7.103	(8.949)	7.934	(10.111)	Sobre consórcios		–	–	7		–							
Outros		210.467	480.116	211.535	499.415	Sobre empréstimos e financiamentos		–	–	–		(474)							
Imposto de renda e contribuição social no resultado		1	309.866	1	324.724	Variação monetária/cambial ativa		1.427	248	1.427		140.196							
Imposto de renda e Contribuição social Correntes		–	309.865	–	310.455	Descontos obtidos		339.066	267	361.594		26.891							
Imposto de renda e Contribuição social Diferidos		1	1	1	14.271	Ajuste a valor justo – Empréstimos e financiamentos		–	438.407	–		438.407							
Imposto de renda e contribuição social no resultado		1	309.866	1	324.726	Ajuste a valor justo – Fornecedores		–	421.347	–		480.470							
Controladora		2023	2022	2023	2022	Ajuste a valor justo – Acordo global		(110.495)	(171.574)	(110.495)		(212.570)							
2023		2022	2023	2022	2022	órgãos públicos		229.998	688.695	252.538		949.740							
Ativos						Despesas financeiras													
Provisão para perda de Investimento		(113.878)	239.807	(113.878)	243.419	Juros pagos ou provisionados:													
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa		–	122.878	53	122.930	Sobre fornecedores		(409)	(181)	(816)		(882)							
Prejuízo fiscal e base negativa		479.564	930.166	489.856	988.407	Sobre obrigações fiscais e sociais		–	–	(4.543)		(7.281)							
Outras provisões temporárias		969.082	185.081	973.869	192.651	Sobre empréstimos e financiamentos		100	(4.448)	(11.357)		(7.032)							
Subtotal		1.334.768	1.477.932	1.349.900	1.547.407	Variação monetária/cambial passiva		(165)	–	(278)		(83.844)							
Provisão para não realização de IR/CS diferidos		(1.233.276)	(925.668)	(1.233.276)	(969.639)	Comissões, despesas bancárias e fianças bancárias		(897)	(1.527)	(4.740)		(1.793)							
(-) Compensação com o passivo		23.972	(242.632)	19.133	(257.844)	Ajuste a valor justo – Empréstimos e financiamentos		–	(438.407)	–		(438.407)							
Total		125.464	309.632	135.757	319.924	Ajuste a valor justo – Fornecedores		–	–	–		(38)							
Passivos						Ativos													
Lucro diferido de obras		–	50.043	(491)	51.943	Contas a receber:				Risco		Taxa							
Lucro diferido na alienação de Investimento		–	28.303	–	28.303	Construtora OAS S.A. – Sucursal Argentina		RS/ARS	0,029600	106		3							
Ajuste a valor justo		–	12.079	(10.300)	12.079	Construtora OAS S.A. – Sucursal Bolívia		RS/USD	5,217700	29.936		156.199							
Outras provisões temporárias		–	152.207	(941)	173.250	Construtora OAS S.A. – Sucursal Haiti		RS/USD	5,217700	4.214		21.988							
Subtotal		–	242.632	(11.732)	265.575	Construtora OAS S.A. – Sucursal Peru		RS/PEN	1,378300	8.982		12.380							
(-) Compensação com o ativo		(23.972)	(242.632)	(19.133)	(258.682)	Construtora OAS S.A. – Sucursal Uruguai		RS/UUY	0,130600	1.186		155							
Total		(23.972)	–	(30.865)	6.893	OAS African Ltd		RS/USD	5,217700	14.795		77.196							
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos		125.464	309.632	135.757	319.924	Construtora OAS Guineé		RS/USD	0,130600	134.716		17.594							
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivos		–	–	–	–	OGI Assets		RS/USD	5,217700	14.667		76.528							
Total		101.492	309.632	104.892	326.817	Total				362.043		452.555							
Tendo em vista as incertezas relacionadas ao plano de recuperação judicial, conforme nota 1, a Companhia e suas controladas, conservadoramente, possuem em 31 de dezembro de 2023, provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 1.233.276 e R\$ 1.233.276, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 925.668 e R\$ 969.639, respectivamente. 16. Patrimônio líquido – Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$ 1.233.895, e está representado por 1.233.895,316 de ações ordinárias de valor nominal R\$ 1,00, sendo 1.233.895,312 da COESA P&E. Em 16 de abril de 2021, conforme instrumento de compra e venda de ações, a Metha alienou as ações da Companhia para COESA P&E, correspondente a 100,00% do Capital Social integralizado. Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas: Representam a parcela não realizada da reavaliação de terrenos, obras civis, máquinas e equipamentos e veículos. A parcela realizada da reserva de reavaliação baseada na depreciação e alienação dos ativos reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, juntamente com os respectivos impostos diferidos registrados pela Companhia. Outras reservas: Compreende, substancialmente, as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior e os efeitos das obrigações de benefícios pós-emprego. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. 17. Provisões para Contingências – A Companhia possui autos de infração e processos de natureza tributária, cível e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Administração da Companhia, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir: Risco de perda provável:		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado							
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023		2022							
Processos tributários		–	323.404	70.937	394.341	Passivos				Risco		Taxa							
Processos cíveis		292.029	16.949	293.084	19.754	Fornecedores:				Valor moeda original		Cenário provável							
Processos trabalhistas		47.329	47.330	48.294	48.294	Construtora OAS S.A. – Sucursal Argentina		RS/ARS	0,029600	1.027		30							
Outros		1.749	–	1.749	–	Construtora OAS S.A. – Sucursal Bolívia		RS/USD	5,217700	6.809		35.528							
Total não circulante		339.558	387.683	414.064	462.389	Construtora OAS S.A. – Sucursal Chile		RS/CLP	0,006100	140.668		858							
Movimentação das provisões tributárias, cíveis e trabalhistas (Consolidado):						Construtora OAS S.A. – Sucursal Colômbia		RS/COP	0,001100	167.269		184							
Saldo em 2022		Provisões	Pagamentos	Reversão	Provisões	Construtora OAS S.A. – Sucursal Costa Rica		RS/CRC	0,008800	274.479		2.415							
2022		2023	2022	2022	2023	Construtora OAS S.A. – Sucursal Equador		RS/USD	5,217700	178		926							
Processos tributários		394.341	–	–	(323.404)	Construtora OAS S.A. – Sucursal Haiti		RS/USD	5,217700	264		1.379							
Processos cíveis		19.754	273.330	–	–	Construtora OAS S.A. – Sucursal Honduras		RS/LPS	0,212500	593		126							
Processos trabalhistas		48.294	–	–	–	Construtora OAS S.A. – Sucursal Panama		RS/USD	5,217700	8		41							
Outros		–	1.749	–	–	Construtora OAS S.A. – Sucursal Peru		RS/PEN	1,378300	101.181		139.457							
Total		462.389	275.079	–	(323.404)	Construtora OAS S.A. – Sucursal Rep. Dominicana		RS/DOP	0,093300	772		72							
Risco de perda possível: A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 32.511.990 e R\$ 32.583.549, na Controladora e Consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2023. Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal.		Controladora		Consolidado		Construtora OAS S.A. – Sucursal Trinidad & Tobago		RS/TJT	0,771200	310.270		239.280							
		2023	2022	2023	2022	Construtora OAS S.A. – Sucursal Uruguai		RS/UUY	0,130600	1.864.785		243.541							
Processos tributários		21.691	21.691	56.506	56.506	Construtora OAS S.A. – Sucursal Venezuela		RS/VEN	0,000001	11.012.419		11							
Processos cíveis		32.442.184	32.442.184	32.456.931	32.456.931	Construtora OAS S.A. – OAS LLC		RS/CAT	1,433400	7		11							
Processos trabalhistas		48.115	48.115	70.112	70.112	Construtora OAS S.A. – OAS South Africa		RS/RAN	0,307700	19		6							
Total		32.511.990	32.511.990	32.583.549	32.583.549	Construtora OAS S.A. – Energy GMBH		RS/EUR	5,569400	940.066		5.235.592							
18. Receita líquida		Controladora		Consolidado		Construtora OAS S.A. – Engineering GMBH		RS/USD	5,217700	71		371							
		2023	2022	2023	2022	OAS African Ltd		RS/USD	5,217700	43		224							
Receita bruta:						Construtora OAS GE		RS/UUY	0,130600	437.662		57.159							
Mercado interno		225.706	210.389	312.753	284.758	Construtora OAS Ghana		RS/UUY	0,130600	29.729		3.883							
Mercado externo		–	–	–	17.060	Construtora OAS Guineé		RS/USD	0,130600	378.872		48.828							
Total		225.706	210.389	312.753	301.818	OAS Nalcala Ltd		RS/UUY	0,130600	396.694		51.808							
Impostos incidentes sobre a receita		(16.747)	(11.523)	(22.885)	(15.782)	OGI Assets		RS/USD	5,217700	46.999		245.227							
Receita líquida		208.959	198.866	289.868	286.036	Central American Investing		RS/USD	5,217700	5.783		30.174							
19. Demonstração do resultado por natureza e função		Controladora		Consolidado		Empréstimos em moeda estrangeira				6.337.131		7.921.418							
		2023	2022	2023	2022	Efeito no patrimônio considerando os cenários				24.469		30.586							
Gastos com pessoal		(51.906)	(49.207)	(70.201)	(82.238)	Risco de crédito: Contas a receber: O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos. Risco de liquidez: Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são fornecedores, empréstimos e financiamentos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados nas Notas explicativas 11.2. As contas a pagar de fornecedores possuem vencimentos inferiores há um ano. 23. Seguros (não auditado) – ajustar – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. 24. Eventos subsequentes – Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.		Controladora		Consolidado		Diretoria		Contador		Diretoria		Contador	
		2023	2022	2023	2022	José Maria Magalhães de Azevedo – Diretor		Telmo Tonilli – Diretor		Fernando Silva Santos – CRC BA 023.425/O-0									
Serviços de terceiros		(58.413)	(52.113)	(72.977)	(73.679)	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas													
Gastos gerais		11.280	(22.678)	(2.746)	(29.190)	Aos Administradores e Acionistas da													
Aluguéis		(8.847)	(9.779)	(20.559)	(20.004)	Construtora COESA S.A. – Em recuperação judicial – São Paulo-SP													
Utilidades e serviços		(1.966)	(1.579)	(2.429)	(2.969)	Construtora COESA S.A. – Em recuperação judicial sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:													
Participações de empregados		(13)	(282)	(11)	(282)	Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtora COESA S.A. – Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas".		Controladora		Consolidado		Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evid							

... continuação		
Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial		
panhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes	existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude, é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de	continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. São Paulo, 20 de setembro de 2024. Senso Auditores Independentes – CRC nº 2SP 005.977/0-9 – CVM Nº 7307 Guilherme Rocha Castro Soares – CRC nº 1SP 290.834/0-4

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833
✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

